

FRONTEIRAS DE GÊNERO NO URBANISMO MODERNO

Claudia Andrade Vieira*
Ana Alice Alcantara Costa**

Resumo:

A partir de que perspectiva se tem construído a cidade, a rua, a casa, o local de trabalho e o lazer? No interesse de quem e para que se ordenam as cidades? Que ideologia está por detrás desta “ordem” proposta para as cidades? O presente artigo apresenta uma análise crítica feminista do urbanismo moderno desde sua gênese, no século XIX, no contexto da urbanização nascida da industrialização. A maior parte do que foi produzido sobre o urbanismo moderno e seu planejamento é de autoria masculina, branca e de origem europeia. A análise, em uma perspectiva feminista, conduz ao questionamento da noção do conhecimento objetivo produzido independente da sua posicionalidade e adota a *standpoint epistemologie*. Ao final, demonstra que o sujeito do conhecimento não é neutro, contrariando o discurso urbanístico vigente, um conhecimento construído por homens, de modo a atender e reforçar uma ideologia patriarcal. As consequências para as mulheres são sentidas hoje.

Palavras-chave: Crítica feminista. Urbanismo moderno. *Standpoint epistemologies*.

GENDER FRONTIERS IN MODERN URBANISM

Abstract:

On the basis of what perspectives are the city, the street, the home, the working place and the spaces for leisure being built? On the basis of whose interests and to what purposes are cities ordained? What ideology is behind this “order” proposed to the cities? This article presents a feminist critical analysis of urban modernism since its genesis on the XIX century, in the context of urbanization emerging from industrialization. For the most part, what has been produced on modern urbanism and its planning is male-white-European authored. Analysis, from a feminist perspective, leads to the questioning of “objective” knowledge, produced independently of positionality and thus to the adoption of *standpoint epistemologies*. Finally, going against the grain of mainstream urbanistic discourse, it demonstrates that the subject of knowledge is not neuter; urbanistic knowledge is produced by men, so as to tend to, and reinforce, patriarchal ideology. The consequences of such a situation are still felt by contemporary women.

Keywords: Feminist critique. Modern urbanism. Standpoint epistemologies.

* Possui graduação em História pela Universidade Católica do Salvador (UCSal), Mestrado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM)/FFCH da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus IV; Coordenadora e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPE) da UNEB/Campus IV; Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade (NECC)/UNEB.

** Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) e do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo (NEIM)/FFCH/UFBA.

Introdução

O urbanismo enquanto técnica e disciplina é um fenômeno do mundo moderno. Se o termo foi introduzido na França, em 1910, no *Bulletin de la Société Géographique de Neufchatel* (BARDET, 1959 apud CHOAY, 2007, p. 2)¹, a nova disciplina tem suas origens no século XIX, quando a expansão da sociedade industrial provocou um movimento novo de observação e reflexão em torno das realizações na cidade. O urbanismo passou a designar uma disciplina nova que se declarou autônoma e se pretendia ciência da concepção das cidades. Estudiosos das questões urbanas analisaram e sintetizaram reflexões, casos e tipos de cidades, segundo os mais variados critérios. Alguns destes estudos foram sistematizados em publicações e aqui selecionados para dar suporte à construção do contexto da teoria e da prática no pensamento sobre a cidade.

Uma importante contribuição para este trabalho é a obra clássica de Françoise Choay (2007), *O urbanismo: utopias e realidades*², que classificou a questão urbana em Urbanismo e Pré-Urbanismo, subdividindo-os em dois tipos de projeções espaciais ou modelos de imagens da cidade futura: uma, dita progressista, que visa ao progresso e à produtividade, e a outra, dita culturalista, centrada em objetivos humanistas. Estes dois modelos e mais o naturalista vão se constituir nas principais vertentes do urbanismo moderno no século XX.

A proposta deste artigo é fazer uma análise crítica feminista do urbanismo moderno desde sua gênese no século XIX, no contexto da urbanização nascida da industrialização.³ A análise em uma perspectiva feminista conduz ao questionamento da noção do conhecimento objetivo produzido independente da sua posicionalidade e adota a *standpoint epistemologie*. Partimos da perspectiva desenvolvida por Dorothy Smith (1987), no seu artigo “*Women’s perspective as a*

radical critique of Sociology”, de que existe um infeliz encaixe entre a compreensão caracteristicamente masculina da vida social, os esquemas conceituais favoritos da sociologia e os tipos de conhecimentos necessários para “reger” os outros. Isto se enquadra, perfeitamente, no campo do urbanismo.

Portanto, instrumentalizadas pela epistemologia feminista, propomo-nos a analisar este infeliz “encaixe”, ou melhor, estas inadequações. Pretendemos mostrar que o sujeito do conhecimento não é neutro, contrariando o discurso urbanístico vigente, um conhecimento construído por homens de modo a atender e reforçar uma ideologia patriarcal. As consequências para as mulheres são sentidas hoje.

Ao propormos uma análise crítica das ideias que fundamentaram o urbanismo moderno, utilizamos um *corpus* teórico contemporâneo da crítica feminista à ciência, apoiadas na crença de que o conhecimento não é apenas um conjunto de argumentos, mas, também, um reflexo de interesses. Farganis toma como base Jürgen Habermas para explicar que

[...] o conhecimento pode ser de um tipo técnico para nos ajudar a atingir uma meta particular; ou pode ser de um tipo interpretativo para satisfazer nosso interesse em compreender; ou pode ser conhecimento da linguagem usada para construir nossa realidade social que, por sua vez, tem um interesse emancipatório. (1997, p. 225).

A ciência, segundo Farganis, é apenas uma forma de conhecimento e, como todos os caminhos do conhecimento, invenção humana que reflete momentos históricos, é uma forma de discurso. Ela está sujeita a definições de termos, à delimitação de normas e à formulação de critérios no sentido daquilo que vale para o conhecimento e de quem é considerado como autoridade. Os discursos são sempre políticos e devem ser analisados a partir de quem os formula, estabelece as fronteiras e determina valores (FARGANIS, 1997, p. 228). Por isto, a importância do observador e do uso daquele que faz as observações.

A gênese do urbanismo moderno

O urbanismo como objeto de estudo tem suas origens no contexto de grandes transformações das cidades europeias em função da revolução industrial. Na nascente sociedade urbano-industrial, o crescimento demográfico vertiginoso formava verdadeiros

¹ BARDET, G. *L’urbanisme*. P.U.F., Paris, 1959 apud CHOAY. *O urbanismo: utopias e realidades*, uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 2.

² A primeira edição foi publicada com o título *L’Urbanisme: utopias et réalités*, 1965.

³ Uma análise mais detalhada sobre as teorias urbanísticas que apresentaram propostas de ordenamentos urbanos, assim como seus reflexos na prática urbanística na cidade de Salvador, Bahia, pode ser encontrada em: VIEIRA, 2013; e ARAUJO, 2004.

formigueiros ao redor das fábricas e, com isto, problemas de habitação, salubridade, higiene, transporte, comunicação, entre outros. Epidemias proliferavam sem controle em meio a ruas imundas onde o esgoto corria a céu aberto e o lixo se acumulava.

Há vários trabalhos que denunciam a higiene física deplorável das cidades industriais. Em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, publicada em 1845, F. Engels dedicou um capítulo, intitulado “As grandes cidades”, para mostrar o modo como os proletários viviam em cidades industriais da Grã-Bretanha no início do século XIX e qual a influência que estas cidades exerciam sobre eles. Descreve, detalhadamente, o processo de isolamento sistemático da classe operária e dos pobres, em geral, em bairros mais afastados, insalubres, formados por “verdadeiro caos de casas amontoadas, mais ou menos inabitáveis e cujo interior está em perfeita harmonia com a sujeira das redondezas”. As ruas são descritas como muito estreitas (dificultando a ventilação) e sujas. Somente algumas possuem canais de escoamento, mas todas convivem com variados tipos de imundície, montes de entulho e de cinzas. A exploração brutal da mão de obra com pagamento de baixos salários e condições de trabalho degradantes nas fábricas completa o quadro de miséria em que viviam os operários ingleses. (ENGELS, 1975, p. 35-108).

Lewis Mumford (2008, p. 545-546) descreve esse novo complexo urbano contendo a fábrica como núcleo e todos os demais detalhes da vida a ela subordinados. Serviços, tais como suprimento de água e o mínimo indispensável em edifícios públicos, necessários à existência da cidade só apareceriam anos mais tarde: eram coisas que só depois se pensava. Não se tomava providência alguma quanto à proteção policial e contra incêndios, à inspeção de água e alimentos, a cuidados hospitalares e à educação.

O urbanismo moderno nasce da necessidade de se intervir no caos em que se havia transformado a vida urbana, no momento em que algumas cidades do século XIX começam a tomar forma própria. Françoise Choay, em *O urbanismo...*, coloca-o como “um fenômeno exterior aos indivíduos a que diz respeito. Estes, por sua vez, encontram-se diante dela como diante de um fato natural, não familiar, extraordinário, estranho” (2007, p. 4).

O estudo da cidade, no século XIX, assume dois aspectos diferentes: uma abordagem mais científica pela qual uns sentem a cidade como um processo patológico e criam, para designá-la, as metáforas do câncer e do tumor e, a partir da observação crítica, procuram normatizar o espaço urbano e ordená-lo de modo quantitativo em função da sociedade industrial; outra, inspirada em sentimentos humanitários que denuncia, com o apoio de fatos e números, o estado de deterioração física e moral em que vive o proletariado urbano (CHOAY, 2007, p. 5).

Desse modo, o termo se constitui carregado de ambiguidades. Nas palavras de Choay:

De um lado, urbanismo designa uma disciplina nova que se declara autônoma e se quer ciência da concepção das cidades. Ela postula a possibilidade de um domínio completo do fato urbano e elaborou, para este fim, teorias classificáveis em duas correntes: uma, dita progressista, visa ao progresso e à produtividade; a outra, dita culturalista, centra-se em objetivos humanistas. No entanto, a despeito de suas diferenças, as teorias dessas duas correntes se fundem sobre um procedimento idêntico: análise crítica da cidade existente e elaboração *a contrario* de um modelo de cidade que poderia ser construída e reproduzida *ex nihilo*. (2008, p. 10-11).

A compreensão de Choay sobre as origens do Urbanismo diverge da de Leonardo Benevolo. Para este autor, o urbanismo nasce no século XIX. Em *As origens da urbanística moderna*, Benevolo (1981) elabora análise sobre o tema, com destaque para a relação entre urbanística e política e, por conseguinte, entre planificação espacial e planificação socioeconômica. Ao analisar as transformações na conjuntura política entre 1830 e 1850, sobretudo na crise de 1848, avalia que os aspectos técnicos e os aspectos políticos da pesquisa urbanística se apresentam fortemente ligados e quase incorporados entre si, defendendo que:

[...] a cultura urbanística, isolada do debate político, configura-se cada vez mais como uma simples técnica a serviço do poder constituído; mas não se torna por isso politicamente neutra, caindo sim no âmbito da nova ideologia conservadora em formação precisamente nesses anos, do bonapartismo em França, dos grupos *tories* inovadores em Inglaterra, do imperialismo bismarkiano na Alemanha. (BENEVOLO, 1981, p. 10).

Benevolo defende, ainda, que convém buscar as origens do urbanismo moderno na época em que as situações, de fato, se concretizaram em medida suficiente para provocar não somente mal-estar, mas, também, o protesto de pessoas nelas envolvidas.

[...] o discurso histórico deve ser necessariamente alargado das formas de povoamento à problemática social da época, mostrando o correto posicionamento da urbanística moderna como parte da tentativa em curso para estender a todas as classes os benefícios potenciais da revolução industrial, e pondo à clara de uma vez por todas a inevitável implicação política inerente ao debate técnico. (BENEVOLO, 1981, p. 44).

Em sua análise, o autor deixa claro como este período “é rico de assuntos metodológicos tanto mais significativos” (BENEVOLO, 1981, p. 47), enquanto Choay o situa como um pré-urbanismo, pois, “só deram ensejo a um número insignificante de realizações concretas, empreendidas numa escala reduzida”. Em sua avaliação, trata-se de “origem crítica e fé ingênua no imaginário”, mas que “anunciam o próprio método do urbanismo” (2007, p. 15).

Dando continuidade ao pensamento de Choay, o urbanismo deixa de ser obra de generalistas (historiadores, economistas, políticos) para ser objeto dos arquitetos que vão colocar as ideias em prática. Se o pré-urbanismo estava ligado a opções políticas, ao longo de sua história, o urbanismo é despolitizado. Ele surge, então, com a pretensão de uma universalidade científica e reivindica “o ponto de vista verdadeiro”. Através da construção de uma história das ideias propostas para os “problemas” das cidades, mostra que, por trás das propostas e racionalizações urbanas, estão escondidas tendências, sistemas de valores e ideologias inconfessadas (CHOAY, 2007, p. 18).

Sérgio Martins, em estudos recentes, contribui com a análise das relações entre urbanismo e política e mostra o atrelamento da nova ciência aos interesses políticos e econômicos.

[...] o enfoque que toma o urbanismo como saber político, correspondendo a uma práxis que, ao longo da urbanização nascida da industrialização, se cristaliza no contexto da formação de necessidades cuja solução demandava transformações substanciais nas sociedades que vinham experimentando os imperativos da reprodução capitalista da riqueza, mas que só é levado a cabo, com efeito, quando a realização desta última passa a requerer a atuação crescente e constante do Estado na sociedade civil. (2000, p. 43-44).

A atuação do Estado se torna imprescindível, diante das condições sanitárias e higiênicas prevalentes nas cidades industriais da primeira metade do século XIX cujas consequências podiam ser vistas nas terríveis epidemias de cólera e endemias diversas que assolavam

os bairros operários das cidades industriais. Neste contexto é que nasce o urbanismo, segundo Martins, já em seus prenúncios, “inequívoca e umbilicalmente ligado ao Estado moderno e sua racionalidade”, ainda que sua atuação seja, ao mesmo tempo, como arte e ciência, técnica e conhecimento, mas, jamais associada à ideologia. (MARTINS, 2000, p. 44-45).

As assimetrias de gênero nas teorias: uma abordagem crítica feminista

Ao nos debruçarmos sobre algumas das principais ideias vigentes no contexto da teoria urbanística, surgem inquietações que podem ser sintetizadas nos seguintes questionamentos: A partir de que perspectiva se tem construído a cidade, a rua, a casa, o local de trabalho e lazer? No interesse de quem e para que se ordenam as cidades? Que ideologia está por detrás desta “ordem” proposta para as cidades?

Inicialmente, é preciso lembrar que a maior parte do que foi produzido sobre o urbanismo moderno e seu planejamento é de autoria masculina, branca e de origem europeia. Leonie Sandercock e Ann Forsyth (2005), em importante artigo intitulado *Gender: a new agenda for planning theory*, constataram que, embora os anos 80 tenham testemunhado o florescimento relativo da atenção ao gênero, no que diz respeito a várias áreas do conhecimento (política, desenvolvimento econômico, literatura etc.), o mesmo não ocorreu na produção teórica do planejamento. No campo do planejamento urbano, a teoria continua sendo indiscutivelmente dominada por homens e indiferente às questões de gênero. As autoras perguntam: se gênero não pode mais ser ignorado na prática de planejamento, como os debates teóricos continuam a silenciar sobre o assunto?

Em uma importante análise sobre a relação entre gênero e a teoria do planejamento, Sandercock e Forsyth (2005, p. 3-4) explicam que o conceito de teoria do planejamento é controverso, inclusive no que constitui o seu objeto teórico. Três níveis de planejamento teórico foram destacados: teorias da prática de planejamento, teorias político-econômicas no planejamento e metateoria. Para a análise de gênero no planejamento, acreditam ser relevante analisar o status econômico da mulher, a forma como as mulheres se localizam e como se deslocam no espaço urbano, a conexão entre produção capitalista e relações patriarcais entre a vida

“pública” e “doméstica”, o que as mulheres entendem sobre o mundo e o que julgam ser bom e com quais formas de comunicação elas se sentem mais confortáveis ou mais ameaçadas, dentre outras questões. Há, também, um reconhecimento de que a teoria feminista tem contribuído e ainda tem muito a contribuir no planejamento, particularmente nas seguintes áreas: organização do espaço, economia e reprodução, diferença e relações sociais, linguagem e comunicação, epistemologia e metodologia, ética e natureza do domínio público.

Entre as referências bibliográficas analisadas, é possível destacar algumas importantes contribuições para a crítica feminista pela abordagem de gênero na relação com o espaço urbano. Há duas autoras consideradas pioneiras que precisam ser destacadas: Jane Jacob e Dolores Hayden.

A primeira se tornou bastante conhecida pelas críticas às teorias mais usuais do urbanismo. Em 1961, em sua obra clássica⁴, Jane Jacob apontou vários problemas e propôs novos princípios de urbanização e reconstrução das cidades, diferentes, ou melhor, opostos aos que vinham sendo ensinados nas escolas de arquitetura. A jornalista norte-americana critica as doutrinas modernas do urbanismo e estabelece como princípio a necessidade que as cidades têm de uma diversidade de usos do seu espaço, mais complexos e densos, que propicie entre elas uma sustentação mútua e constante tanto econômica quanto social. Defende a necessidade da diversidade urbana, através de funções que gerem presença de pessoas em horários diferentes e em alta concentração, valorização de esquinas e percursos, edifícios variados e de diferentes idades, dentre outras medidas profiláticas para uma melhor qualificação urbana, posicionamento contrário ao racionalismo-funcionalista, que defende a separação das funções/zonamento, a lógica da circulação pela exaltação do sistema viário. Suas ideias inspiram diversos projetos, ainda hoje, no combate à

⁴ Jane Jacobs (2000) é jornalista, norte-americana e, em 1961, publicou *Morte e vida de grandes cidades*. A obra se tornou um clássico pela crítica às doutrinas modernas do urbanismo e do planejamento urbano, posicionando-se contrária ao racionalismo-funcionalista que defende separação das funções/zonamento. Entre urbanistas feministas, a obra foi pioneira por constatar como esse modelo – adotado nas grandes metrópoles – reforça papéis de gênero, conseqüentemente, as desigualdades entre homens e mulheres na relação com o espaço urbano.

violência, com a defesa do controle social e não policial da vida urbana.

Ademais, outro aspecto que nos chamou a atenção – considerado como uma importante contribuição de sua obra – é a denúncia ao fato de planejadores e projetistas, em sua maioria homens, “estranhamente” criarem projetos e planos que os desconsideram como integrantes da vida diária e normal de onde quer que haja moradias, quando diz: “ao planejar a vida residencial, o objetivo deles é satisfazer as pretensas necessidades cotidianas de donas de casa ociosas e criancinhas em idade pré-escolar”; e o zonamento, em que o trabalho e o comércio estão localizados a quilômetros de distância das residências, desencorajando a participação dos homens na vida diária das crianças (JACOBS, 2000, p. 91-92). Deste modo, demonstra como este modelo urbano é sexista e reforça o modelo familiar patriarcal.

A outra importante contribuição, reconhecidamente, uma das primeiras arquitetas a criticar o urbanismo moderno em uma perspectiva de gênero, em 1979, é da norte-americana Dolores Hayden (1980) que, em seu artigo “*What would a non-sexist city be like? speculations on housing, urban design, and human work*”, mostra como residências, bairros e cidades são inadequados se considerarmos a realidade de mulheres americanas que estão (em número cada vez maior) se inserindo no mercado de trabalho, em oposição ao princípio *a woman’s place is in the home*, que norteou o projeto arquitetônico e o planejamento urbanístico nos Estados Unidos durante todo o século XX. Demonstra como residências, bairros e cidades, projetados para manter as mulheres no lar, as limitam física, social e economicamente.

Hayden (1980) denuncia os problemas gerados quando uma cidade é planejada para separar residência e local de trabalho, onde mais da metade da população reside em áreas suburbanas e mostra que a melhor área construída nos Estados Unidos consiste no denominado *suburban sprawl* (casas de família agrupadas em áreas segregadas por classe, cortadas por rodovias de alta velocidade e servidas por shopping centers e pontos comerciais), onde mais de 50 milhões de pequenas casas estão sobre a terra; onde trabalhadores qualificados brancos e homens têm muito mais chances de possuir casa própria do que membros de grupos minoritários e

mulheres para os quais foi, há muito, negado o acesso à moradia e/ou à igualdade de crédito; onde 70% dos adultos que não possuem acesso a carros são mulheres; e, ainda, onde a valorização de um bairro é normalmente mensurada em termos de compras convencionais, escolas e, talvez, trânsito, em vez de serviços sociais adicionais para pais trabalhadores, como creches e clínicas noturnas.

Através de uma importante análise, Hayden demonstra como a ideologia patriarcal se configura no espaço da casa, do bairro e da cidade, para alimentar o capitalismo. Lembra o slogan da Associação de Moradia Industrial, em 1919, “Bons lares fazem trabalhadores satisfeitos”, ideia que ajudou na estratégia capitalista para o planejamento de melhores moradias para trabalhadores homens, brancos e suas famílias, com o intuito de eliminar o conflito industrial. Os homens deveriam receber “salário família”, tornando-se os “donos” da casa, responsáveis pelos pagamentos regulares do financiamento, enquanto suas mulheres se tornariam “administradoras” do lar, tomando conta dos filhos. O trabalhador masculino retornava de seu dia na fábrica ou escritório para um ambiente doméstico ou privado, separado do mundo tenso do trabalho de uma cidade industrial caracterizada pela poluição ambiental, degradação social e alienação pessoal, e entraria, então, em uma moradia serena cuja manutenção física e emocional seria tarefa de sua esposa. Porém, ressalta, a casa privada suburbana era o cenário para a efetiva divisão sexual do trabalho.

“Como um lar convencional serve à mulher empregada e sua família? Mal”, responde a autora, e explica que, por causa da prática de zoneamento residencial, a moradia típica será usualmente distante fisicamente de qualquer espaço comunitário compartilhado, como casa comercial, creche ou lavanderia, por exemplo, em geral improváveis de existirem no domínio espacial da moradia.

Os moradores destes lares isolados eram sugestionáveis. Compravam suas casas, carros, fornos, refrigeradores, aspiradores de pó, lavadoras, carpetes. O desenvolvimento da indústria da propaganda sustentava este ideal de consumo de massa e promovia a moradia privada suburbana.⁵ Dentro dos espaços privados da

moradia, a cultura material trabalhava contra as necessidades da mulher empregada assim como o faz a divisão de zonas, porque o lar é um lugar a ser preenchido com os objetos de utilidade (mercadorias/bens de consumo). Os eletrodomésticos possuem apenas uma utilidade, normalmente ineficientes, em sua maioria, máquinas consumidoras de energia alinhadas em um cômodo em que o trabalho doméstico é feito isolado do resto da família. Tapetes e carpetes que necessitam de aspiração, cortinas que precisam de lavagem. (HAYDEN, 1980, p. 171).

O problema é paradoxal e Dolores Hayden o apresenta do seguinte modo: as mulheres não podem melhorar seu *status* no lar, a menos que sua posição econômica geral na sociedade seja alterada, e não podem melhorar seu *status* como força de trabalho remunerada, a menos que suas responsabilidades sejam alteradas. Sendo assim, um programa para atingir a justiça econômica e ambiental da mulher requer, por definição, uma solução que supere as tradicionais divisões entre o lar e a economia de mercado, a moradia privada e o ambiente de trabalho. Deve-se, portanto, transformar a situação econômica do trabalhador do lar cujas habilidades não têm sido remuneradas, mas são econômica e socialmente necessárias à sociedade, além de, também, transformar a situação doméstica da mulher empregada. (HAYDEN, 1980, p. 173).

Ao final, a autora apresenta algumas propostas e experiências, em Copenhague, Alemanha, Londres e Cuba, baseadas em um novo paradigma de habitação do bairro e da cidade, não sexista, que venha a encorajar, ao invés de restringir, atividades de mulheres trabalhadoras ou que queiram se empregar. São propostas que integram moradia com serviços comunitários de creche, lavanderias, refeitórios, em um só lugar. Em sua obra clássica, *The grand domestic revolution*, publicada em 1981, Hayden dá visibilidade a contribuições de mulheres de uma tradição feminista de projetos do lar e planejamento comunitário. São arquitetas influenciadas pelo feminismo materialista, conforme Sandercock e Forsyth (2005, p. 17), que defendem o trabalho socializado e levantam questões fundamentais a respeito da “esfera da mulher” e, deste modo, desafiam duas

sentidos pelas mulheres que ficaram em casa experimentando o que Betty Friedan chamou de “mística feminina” e Peter Filene renomeou “mística doméstica” (1980, p. 169-170). Sobre a mística feminina ver: FRIEDAN, 1971.

características do capitalismo industrial: a separação física do espaço do lar e do espaço público e a separação da economia doméstica da economia política. Elas propuseram e projetaram lares e bairros ideais feministas. Suas ideias influenciaram figuras masculinas conhecidas como Ebenezer Howard, Lewis Mumford e Rodolph Schindler.

As contribuições de Dolores Hayden e Jane Jacob, sem dúvida alguma, vêm sendo fonte de inspiração para muitos trabalhos. A produção entre urbanistas é crescente, principalmente as denúncias acerca das inadequações do modelo urbano existente para a vida cotidiana das mulheres, trabalho este que consideramos fundamental.

Entretanto, observamos que pouco se questiona sobre os sujeitos na construção do conhecimento científico nesta área. Nesta direção, é relevante apresentar algumas discussões de ordem epistemológica em que a contribuição das ciências sociais é mais ampla que a do planejamento. Repensar o sujeito do conhecimento sobre o espaço urbano se faz necessário e, sobretudo, fazer a crítica deste conhecimento que, por muito tempo, tem se apresentado como neutro e universal.

Os sujeitos no urbanismo

Para mostrar como esta área do conhecimento constrói seus referenciais e métodos específicos gerados, tomamos como ponto de partida algumas análises já realizadas por María-Ángeles Durán⁶ em *La ciudad compartida*, publicada em sua primeira edição, em 1998. Trata-se de um dos primeiros trabalhos a incorporar novos temas (a vida cotidiana, os sujeitos da cidade, a organização do tempo, as aspirações e as necessidades das mulheres) e apresentar inovações metodológicas na pesquisa na Sociologia Urbana.

⁶ María-Ángeles Durán possui formação em Ciências Políticas e é professora de Sociologia, nas universidades Autónoma y Complutense de Madrid, C.E.U., Zaragoza. É catedrática de Sociologia desde 1987 e professora-pesquisadora especializada em Ciências Sociais no Conselho Nacional de Pesquisa. Realizou pós-doutorado em 1972, especializando-se em diferenças de gênero e desigualdades sociais no *Institute for Social Research (ISR)* da Universidade de Michigan. Ver informações em: <<http://wikimujeres.net/wiki/maria-angeles-duran>>.

Durán (2008) desenvolve uma instigante análise dos sujeitos na arquitetura e no urbanismo, no primeiro capítulo da referida obra, e constata que, na maior parte do que se tem escrito sobre as cidades, prescinde-se da análise do sujeito que produz o conhecimento. Problema maior é o fato de se dar por certo e verdadeiro que este sujeito cognoscente é universal, transparente e puro. Entretanto, a experiência histórica das mulheres é muito diferente da dos homens e a mesma experiência pessoal pode ser vivida diferente e distintamente por homens e mulheres.⁷

A análise na perspectiva feminista vem questionando a noção do conhecimento objetivo, independentemente da situação (ou posicionalidade) do profissional: “a perspectiva das mulheres revela que o objeto da sociologia [ou de qualquer outra área] é organizado a partir de uma determinada posição na sociedade – uma classe dirigente, branca e masculina” (SMITH, 1987, s.p.).

Seguindo com Durán, homens e mulheres possuem experiências pessoais e as vivenciam de maneira diferenciada na relação com o espaço urbano, e isto reflete na produção do conhecimento e vice-versa. Desde que perspectiva se tem, ou temos, construído a cidade, a casa, a fábrica e o parque? A autora avalia que a pretensão científica e técnica domina os duros processos de aprendizagem, a formação, para resolver com êxito as dificuldades da construção ou o desenho dos espaços. Porém, a ordenação ou hierarquia dos espaços só pode se fazer conhecendo-se o modo como se vai viver.

[...] *El arquitecto no puede limitarse a los materiales y las formas. Cuando proyecta, subordina su obra a un sentido, incluso cuando no es consciente de ello. En todas las construcciones hay un sentido implícito, una idea generatriz a la que debe servir el espacio. Pero a veces impera el desconcierto, y no se sabe para qué o a quién se debe servir, cuál es el orden moral que subyace en el diseño.* (DURÁN, 2008, p. 20).

Durán segue considerando que, a partir do final do século XX, inicia-se o processo de fragmentação do sujeito. O sujeito do conhecimento (que o produz, recebe e divulga) é geralmente identificado como cheio de amálgamas, de roturas e intersecções, não refletindo, por inteiro, os desejos e aspirações de nenhum grupo

⁷ Ver: DURÁN, 2008. Cap. 1 – *Los nuevos sujetos de la arquitectura*. p. 15-38.

humano concreto. Cada vez mais, parece evidente a parcialidade daquilo que nos tem chegado como se fosse o “todo”. Por isto, a importância de se valorizar mais a experiência pessoal, a aproximação fenomenológica frente às medições externas. O problema, porém, está em que as duas tradições principais da ciência social, a positivista e a fenomenológica, falam linguagens dificilmente compatíveis.

Las mediciones son necesarias y es apreciable la contribución de las fuentes estadísticas; pero por sí mismas no son gran cosa, si no van acompañadas de una reflexión detenida sobre el significado de las cifras. Así que la disyuntiva entre ahondar u olvidar las experiencias personales, entre dejar fluir la experiencia del sujeto que escribe o silenciarlo, se presenta en cada epígrafe del texto del mismo modo que se plantea ahora. (DURÁN, 2008, p. 21).

Durán, seguindo sua análise, lembra que é recente a conquista para as mulheres de espaço no mundo acadêmico e da cidadania. Além disto, as experiências têm sido distintas em cada parte do mundo. Em muitos países, a maioria das mulheres continua sem voz na política. Assim, diante deste processo histórico, questiona como é possível marcar os limites entre a experiência pessoal e a ficção? Como elevar a experiência conhecida, todavia tão escassamente explícita e sistematizada, ao nível de categoria? (DURÁN, 2008, p. 22).

Em outra direção, feministas perspectivistas propõem uma abordagem que seria resultado da combinação do empiricismo, ou seja, a experiência concreta e material das mulheres, com a teoria e os discursos. A experiência é o ponto de partida, uma vez que esta tradição fenomenológica tende muito mais para a “etnografia” do que para uma “teoria crítica”. Sardenberg apresenta uma elucidativa análise acerca da relação feminismo e ciência na qual é possível compreender melhor o processo de construção de estratégias metodológicas que possam fazer avançar a produção feminista de um conhecimento politizado. Neste sentido, considera o feminismo perspectivista um avanço, na medida em que representa uma “luta política e intelectual” na problematização das epistemologias empiricistas. (SARDENBERG, 2002, p. 102).

De volta às considerações de María-Ángeles Durán, esta lembra como é limitado o número de publicações sobre a cidade e a arquitetura na perspectiva das mulheres, porém, mais complicado ainda, é que ninguém se detém

no fato de que as publicações sobre a cidade e a arquitetura adotadas no processo de formação profissional, referência no auxílio de tomada de decisões, têm sido escritas na perspectiva dos homens, inclusive a maioria das publicações que define a relação das mulheres com a cidade. Sobre esta questão, avalia:

[...] Para equilibrar perspectivas, no basta que las mujeres – y otros grupos sociales tradicionalmente excluidos – razonen y transfieran sus experiencias sobre sí mismas, sino que han de hacerlo sobre los otros y sobre el conjunto. En ese sentido, cualquier aportación desde las perspectivas innovadoras es al mismo tiempo un avance y una aspiración frustrada; y ello porque, por comparación con el complejo edificio de las ideas ya tratadas, de los millones de experiencias ‘otras’ que han filtrado y les dieron la base experiencial para transformarse conceptualmente, los esfuerzos por filtrar y conceptualizar las experiencias nuevas son muy modestos, muy insuficientes. Intelectualmente, la apuesta comporta inevitablemente el desgarrar de saberse parte de una cultura construida sobre experiencias ajenas y de carecer al mismo tiempo de elementos suficientes para construir la propia, y fundirlas. (DURÁN, 2008, p. 22).

Durán parece apresentar o problema como sem possibilidade de solução. Porém, ainda que não tenha todas as respostas (até porque novas perguntas surgem a todo o instante), o pensamento feminista pode apontar caminhos para a atividade científica mais adequada.

Sandra Harding desenvolve uma análise crítica dos pressupostos da existência de uma ciência pura, independente dos valores; de uma ciência que assume o masculino como o ideal humano, quando o humano tem que incluir também o feminino; uma ciência para a qual os problemas dos homens são os de todo mundo, sem explicar as coisas que se constituem em problemas para as mulheres; e que pressupõe que as explicações dos homens em torno do que lhes parece problemático não estão deformadas por suas necessidades e desejos de gênero. Afirmando que os homens monopolizam o poder político e o valor moral às custas das mulheres destaca a importância da categoria gênero, uma categoria assimétrica do pensamento humano, da organização social, da identidade e das condutas individuais para pensar as diferenças em nossa cultura. (HARDING, 1996b, p. 19).

A posição dominante dos homens na vida social se traduz em um conhecimento parcial e perverso e a das mulheres, subjugadas, abre a possibilidade de um conhecimento mais completo. A proposta é traduzida pelo *punto de vista*, ou *standpoint theory*. (HARDING,

1996a, p. 24). Contudo, o problema também precisa ser avaliado com cautela, pois há sempre o perigo de se cair nas armadilhas do essencialismo e universalismo. Neste sentido, a própria Sandra Harding formula algumas perguntas em sua análise acerca dos paradoxos epistemológicos que podem ser esclarecedoras:

[...] *¿Puede haber un punto de vista feminista cuando la experiencia social de las mujeres (o de las feministas) está dividida por la clase social, la raza y la cultura? ¿Acaso debe haber punto de vista feministas negros y blancos, de clase trabajadora y de clase profesional, norteamericanos y nigerianos?* (HARDING, 1996a, p. 25).

A busca por construir uma estratégia epistemológica que melhor fundamente e instrumentalize a produção de um saber feminista tem levado algumas autoras a propor a noção de objetividade feminista, o que significa saberes localizados. Donna Haraway explica que a objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Deste modo, podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver. (HARAWAY, 1995, p. 21).

Haraway acredita que há grande valor em definir a possibilidade de ver a partir da periferia e dos abismos. Sem pretender romantizar, explica que os posicionamentos dos subjugados não estão isentos de uma reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação, pois as perspectivas dos subjugados não são posições inocentes.

[...] Ao contrário, elas são preferidas porque, em princípio, são as que têm menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo conhecimento. Elas têm ampla experiência com os modos de negação através da repressão, do esquecimento e de atos de desaparecimento – com maneiras de não estar em nenhum lugar ao mesmo tempo que se alega ver tudo. [...] (HARAWAY, 1995, p. 23).

A ideia de Haraway e de muitas feministas vai no sentido de criar uma doutrina e uma prática de objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver. (HARAWAY, 1995, p. 24).

O posicionamento crítico produz objetividade. De modo diferente, o conhecimento do ponto de vista do não marcado se torna distorcido e, portanto, irracional. Posicionar-se, explica Haraway,

[...] é a prática chave, base do conhecimento organizado em torno das imagens da visão, é como se organiza boa parte do discurso científico e filosófico ocidental. Posicionar-se implica em responsabilidade por nossas práticas capacitadoras. Em consequência, a política e a ética são a base das lutas pela contestação a respeito do que pode ter vigência como conhecimento racional. (HARAWAY, 1995, p. 27-28).

Na perspectiva do *standpoint epistemologies*, explica Harding, as reivindicações feministas só são mais aceitáveis e menos deformantes se baseadas na solidariedade entre as diversas identidades fragmentadas modernas e entre as políticas que criam. Para a autora, não há dúvidas de que entre os discursos epistemológicos feministas há tendências contraditórias e cada um tem seu próprio conjunto de problemas. No entanto, as contradições e problemas não se originam dos discursos feministas, mas refletem a desordem presente nas epistemologias e filosofias da ciência dominante desde meados dos anos 1960 e, também, as mudanças nas configurações do gênero, raça e classe social, tanto nas categorias analíticas como na realidade. Conclui, então, que:

[...] *Los nuevos grupos sociales – como las feministas, que tratan de reducir las diferencias existentes entre su propia experiencia social y los marcos teóricos de los que disponen – están más dispuestos a construir sobre la base del ‘saber sojuzgado’ sobre el mundo que los grupos cuyas experiencias se ajustan más cómodamente a sus esquemas conceptuales habituales. Es más probable que haya que considerar que la entrada feminista en estas disputas signifique una aportación a favor de la clarificación de la naturaleza y las consecuencias de las tendencias paradójicas de la vida intelectual y social contemporánea.* (HARDING, 1996a, p. 27).

Considerações Finais

Assim sendo é que insistimos na importância das pesquisas que analisam o espaço urbano sob o ponto de vista das mulheres, nas suas múltiplas interseções, em desconstruir o discurso urbanístico racionalista que definiu o traçado de inúmeras cidades brasileiras e as intervenções a partir de referenciais masculinos, como o modelo de zoneamento, que é um típico modelo androcêntrico que dificulta, sobremaneira, a vida das mulheres.

O contato com a bibliografia estrangeira e a existência das redes de contato entre pesquisadoras têm sido muito profícuos por revelarem problemas comuns, a exemplo dos vivenciados pelas mulheres americanas, relatados

por Hayden, causados pela falta de um planejamento que considere os interesses e necessidades femininos. Inteirar-se dos dilemas, por vezes compartilhados por mulheres de nacionalidades distintas, não implica, de maneira alguma, importar soluções, mas introduzir a discussão no Brasil, iluminar os nossos problemas, confrontar realidades distintas, avaliar experiências, que são fundamentais para o balizamento de intervenções na cidade na direção de uma equidade entre os gêneros.

Referências

- ARAÚJO, Anete Regis Castro de. *Espaço privado moderno e relações sociais de gênero em Salvador: 1930–1949*. 2004, Salvador, 326f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- BENEVOLO, Leonardo. *As origens da urbanística moderna*. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1981. 168p.
- CHOAY, Françoise. Destinos da cidade europeia: séculos XIX e XX. *RUA – Revista de Urbanismo e Arquitetura*, n. 6, Salvador: UFBA, p. 8-21, 1996. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3110/2227>>. Acesso em: 26 abr. 2011.
- CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. 350p.
- CHOAY, Françoise. **A regra e o modelo**. Sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo. Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 1 sem. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2011.
- DURÁN, María-Ángeles. *La ciudad compartida: conocimiento, afecto y uso*. Santiago de Chile: SUR, 2008. 205p.
- ENGELS, Friedrich. As grandes cidades. In: _____. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Lisboa: Presença, 1975. p. 35-108.
- FARGANIS, Sondra. O feminismo e a reconstrução da Ciência Social. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Org.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Tradução Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997. p. 224-240.
- FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1971.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial, *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-42, 1995. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/31102009-083336haraway.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2013.
- HARDING, Sandra. Del problema de la mujer en la ciencia al problema de la ciencia en el feminismo. In: _____. *Ciencia y Feminismo*. Madrid: Morata, 1996a. p. 15-27.
- HARDING, Sandra. El género y la ciencia: dos conceptos problemáticos. In: _____. *Ciencia y Feminismo*. Madrid: Morata, 1996b. p. 28-51.
- HARDING, Sandra. Rethinking Standpoint Epistemology: what is Strong Objectivity? In: KELLER, Evelyn Fox; LONGINO, Helen E. (Eds.). *Feminism & Science*. Oxford: Oxford University Press, 1996c. p. 235-248.
- HARSTOCK, Nancy. The Feminist Standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism. In: HARDING Sandra. (Ed.). *Feminism & Methodology*. Bloomington, Indiana: Open University Press, 1987. p. 157-180.
- HAYDEN, Dolores. *The grand domestic revolution: a history of feminist design for american homes, neighborhoods and cities*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1981. 367p.
- HAYDEN, Dolores. What would a non-sexist city be like? speculation on housing, urban design, and human work. In: STIMPSON, Catharine R. et al. *Women and the american city*. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1980. p. 167-184.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 510p.
- MARTINS, Sérgio. O urbanismo: esse (des)conhecido saber político. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recifen. 3, p. 39-59, 2000.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 812p.
- SANDERCOCK, Leonie; FORSYTH, Ann. Gender: new directions for planning theory. In: FAINSTEIN, Susan S.; SERVON, Lisa J. *Gender and planning: a*

reader. USA: Rutgers The State University of New Jersey, 2005. p. 67-85.

SARDENBERG, Cecília M. B. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice;

SARDENBERG, Cecília M. B. *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: NEIM/UFBA; REDOR, 2002. p. 89-120. Disponível em:

<<http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys11/libre/cecilia.htm>>. Acesso em: 1 maio 2011.

SMITH, Dorothy E. Women's perspective as a radical critique of Sociology. In: HARDING, Sandra. (Ed.). *Feminism & methodology*. Bloomington, Indiana: Open University Press, 1987. p. 84-96.

VIEIRA, Claudia Andrade. *Imagens reveladas, diferenças veladas: relações de gênero na dinâmica do espaço público na cidade do Salvador, Bahia*. 2013, Salvador, 283f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – PPGNEIM, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.